

# **SOBRE A TEORIA DO VALOR DOS CLÁSSICOS E DOS PRIMEIROS NEOCLÁSSICOS**

Solange Regina Marin  
Doutoranda em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, UFPR-PR.  
Professora UFRGS-RS.  
André Marzulo Quintana  
Mestre em Economia Aplicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS-RS.

*The parties who differ are guided, either knowingly or unconsciously, by different views concerning the nature of the evidence appropriate to the subject. They differ not solely in what they believe themselves to see, but in the quarter whence they obtained the light by which they think they see it.*

*John Stuart Mill*

*O método matemático não é o método experimental, é o método racional. As ciências naturais propriamente ditas limitam-se a descrever pura e simplesmente a Natureza e não saem da experiência? Deixo aos naturalistas a preocupação de responder a essa pergunta. O certo é que as ciências físico-matemáticas, bem como as ciências matemáticas propriamente ditas, saem da experiência desde que lhes tomaram seus tipos. Elas abstraem, desses tipos reais, tipos ideais, que definem; e, com base nessas definições, constróem a priori todos os andaimes de seus teoremas e de suas demonstrações. Depois disso, retornam à experiência, não para confirmar, mas para aplicar suas conclusões... A realidade só aproximadamente confirma essas definições e demonstrações; mas delas permite uma aplicação muito rica.*

*Léon Walras*

## **Introdução**

Uma questão de estudo na Ciência Econômica diz respeito à relevância da teoria do valor nas proposições ditas econômicas. Esse estudo foi desenvolvido no período de formação da ciência, na chamada era dos clássicos, quando se propôs o fundamento do valor econômico no trabalho humano. Com o advento da economia neoclássica, parece que a teoria do valor tem perdido importância para a teoria dos preços em busca de um caráter mais objetivo para as análises econômicas. Ainda assim, a supremacia dessa teoria dos preços pode ser discutida porque está fundamentada na também subjetiva teoria do valor-utilidade.

É conhecido o embate entre a teoria do valor-trabalho e a teoria do valor-utilidade em termos de que a primeira é defendida de acordo com as teorias ricardianas e marxistas, enquanto que a segunda pode ter sido superada pelos neoclássicos através de uma teoria de

preços resolvida no mercado.<sup>1</sup> Os primeiros sustentam a relevância da teoria do valor na análise econômica, dado que o trabalho constitui o mais importante fator de produção, para o bem, e gerador dos conflitos entre as classes sociais, para o mal. Os segundos, por sua vez, desafiam a relevância de uma teoria do valor, estando resolvida na utilidade, dado que o mercado, que tudo comanda, pode ser melhor observado medindo-se o movimento de preços. Porém, essa disputa tem aparecido com contornos ideológicos, o que danifica a avaliação neutra, se isso fosse possível, da relevância ou não da teoria do valor.

Esse artigo é uma descrição da evolução do conhecimento acerca da teoria do valor tal como formulado por economistas clássicos – Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill – e por neoclássicos – William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras. Pretendemos que essa descrição seja algo diferente das análises sobre a teoria do valor, notadamente as que versam sobre o valor-trabalho de Karl Marx, a qual tem sido foco de extensos e valiosos estudos. Sugerimos alguns argumentos alternativos que identificam as cinco seções deste trabalho, como segue:

(i) os diferentes pontos de vista permitem identificar os dados e os fatos que sustentam cada teoria: os clássicos nominados estavam voltados para os objetos em troca (as mercadorias), dada a divisão do trabalho, num processo de ampla sociabilidade (primeira seção); os neoclássicos escolhidos, por sua vez, sugeriram a observação do mecanismo dos preços nos mercados de troca, e a sua medição, fixado o comportamento típico do ser guiado por seus desejos ou satisfações (segunda seção);

(ii) os custos de produção, na teoria clássica do valor, e a transformação marginal, na teoria neoclássica, são as fórmulas que concedem maior objetividade nas suas respectivas análises (terceira e quarta seções).

(iii) como considerações finais, reforçamos a idéia de que a teoria do valor é relevante na Ciência Econômica, não somente como proposição metafísica, mas também como fundamento do critério para a medição e cálculo dos dados estritamente econômicos.

### **O Ponto de Vista dos Clássicos**

Para os clássicos, o objeto da então denominada Economia Política seria a formação e distribuição da riqueza, visualizado nas relações sociais de troca e de trabalho.

---

<sup>1</sup> Ver o ensaio de De Paula (1984), sobre essa dissociação.

Adam Smith (1723-1790) especificou no início da *Riqueza das Nações*<sup>2</sup> que iria tratar do trabalho *anual* que produz o fundo consumido anualmente em uma dada *nação*. Isso porque a *riqueza* de uma nação depende do trabalho social produzido com habilidade, destreza e bom senso, bem como do número de trabalhadores que habitam o lugar, qualquer que seja o solo, o clima ou a extensão territorial. Com esse ponto de vista, Smith propôs-se a analisar, no Livro Primeiro, (i) as causas do aprimoramento das forças produtivas do trabalho – a divisão social do trabalho, e (ii) a ordem de distribuição dessa produção – a troca (SMITH, 1985: 35 e 36), preparando o terreno para a investigação subsequente da causa da riqueza, edificado com a descrição de acontecimentos reais, no restante da obra.

*... os caracteres e as habilidades mais diferentes são úteis uns aos outros; as produções diferentes dos respectivos talentos e habilidades, em virtude da capacidade e propensão geral ao intercâmbio, ao escambo e à troca, são como que somados em um cabedal (stock)<sup>3</sup> comum, no qual cada um pode comprar qualquer parcela da produção dos talentos dos outros, de acordo com suas necessidades (op.cit.: 51).*

Depreendemos que Smith pretendia apresentar uma visão global do processo capitalista com foco nas relações sociais de divisão do trabalho e de troca, com uma visão atualizada no tempo, já que é sobre a produção e o consumo anuais. É importante destacar que, nesse ambiente, cujo ponto de vista é objetivo e pretensamente impessoal, de sociedade *aperfeiçoada*<sup>4</sup> em suas relações de trabalho e de troca, num momento contemporâneo, é proposta a sua teoria do valor ou “... *as normas que naturalmente as pessoas observam ao trocar suas mercadorias por dinheiro ou por outras mercadorias*” (SMITH, 1985: 61).

No decorrer da sua obra, Smith contrapôs sociedades de caçadores, pastores, agricultores e comerciantes, fornecendo a evolução histórica dos processos de divisão do trabalho e de troca.<sup>5</sup> Contudo, o seu ponto de vista principal, demonstrar as diferentes condições de organização social do trabalho e da troca, é mantido.

<sup>2</sup> *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* ou *Riqueza das Nações*, editada por Adam Smith em 1776, 1778, 1784, 1786 e 1789.

<sup>3</sup> Smith utiliza o vocábulo *stock* para representar o estoque de bens produzidos com trabalho e terra. Apenas no Livro Segundo, capítulo II, é que Smith introduz o vocábulo *capital* para representar a parte do *stock* que sobra do consumo e é usada na busca de ganhos.

<sup>4</sup> Smith utiliza exclusivamente os vocábulos *improved* (aprimorada) e *civilised* (civilizada) para denotar aquela sociedade com ampla divisão do trabalho e convenientemente aprimorada ou aperfeiçoada em suas forças e relações de produção, julgamentos morais e justiça.

<sup>5</sup> Skinner (1996: 76-105) apresenta uma análise sobre essa emergência da economia de trocas, ou seja, a criação dessa instituição com passado.

Parece difícil supor que Smith tenha estabelecido uma teoria do valor diferente para cada sociedade ou época. A teoria do valor é única; o que pode diferenciar são as condições de trabalho social que fornecem os dados dessa teoria, condições essas distintas conforme a época e o lugar. A melhor divisão do trabalho define as sociedades aprimoradas ou aperfeiçoadas.

E isso não poderia ser diferente, porque, para Smith, o trabalho é a base do valor de troca: em toda época e lugar vale o princípio: “... *é caro (dear) o que é difícil de se conseguir, ou aquilo que custa muito trabalho para adquirir, e é barato (cheap) aquilo que pode ser conseguido facilmente ou com muito trabalho*” (SMITH, 1985: 65). Como o trabalhador, pressupõe Smith, emprega forças físicas e mentais numa média regular, o trabalho tem valor estável ao longo do tempo e em qualquer lugar.

Smith tinha em vista uma sociedade aprimorada pelo trabalho social dos seus integrantes, um trabalho individual complementando outro, e assim por diante, tudo reunido na riqueza. Nessa sociedade, as trocas de mercadorias podem ser observadas quando os trabalhos são trocados e compartilhados. A mercadoria, nesse ambiente, vale o trabalho que o comprador obteve do produtor: uma concepção abstrata de difícil quantificação.

David Ricardo (1772-1823) reteve a visão de trabalho socialmente partilhado para tentar determinar as leis que regulam a *distribuição* do produto da terra entre “... *o proprietário da terra, o dono do capital necessário para o seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo*” (RICARDO, 1985: 39)<sup>6</sup>. Assim, contabilmente, a soma das três taxas ou proporções é igual à produção total, que variam, como ensinou Smith, em função “... *da fertilidade do solo, da acumulação de capital e da população, e da habilidade, da engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura*”, em distintos estágios da sociedade (*op. cit.*: 39).

Havia uma preocupação a mais para Ricardo originada pela incômoda imposição legal de taxas de importação para os cereais na intenção de elevar os lucros dos agricultores locais – as *Corn Laws*.<sup>7</sup> Essas leis, como já alertado por Smith, contrárias à trajetória natural dos negócios, produziam uma distribuição artificial e eram opressivas. Isso porque a variação na proporção do produto destinada aos salários atua em sentido oposto à retida como lucro. Assim, baixas taxas de salários, e altas taxas de lucro,

---

<sup>6</sup> *On the Principles of Political Economy and Taxation*, editada em 1817, 1819 e 1821.

<sup>7</sup> Introduzida na Grã-Bretanha em 1804, renovada em 1815, quando os proprietários de terra, dominantes no Parlamento, protegeram seus lucros impondo taxas sobre as importações de grãos. Foram revogadas em 1846.

sinalizam elevados preços dos cereais que não podem alimentar a população local, comprometendo a sobrevivência digna; uma ruína para essa sociedade. O ponto de vista de Ricardo seria a disputa pelo melhor quinhão da produção nacional numa situação atual da sua sociedade.

Num estágio social primitivo, sem acumulação de capital e sem apropriação da terra, o produto da terra é distribuído integralmente entre os trabalhadores (por exemplo, na sociedade de caçadores de Smith) (Ricardo, 1985: 44 e 49). Num estágio avançado (de sociedades de agricultores e de comerciantes), com as três taxas naturais em diferentes proporções, o trabalhador não fica mais com toda a sua produção. As proporções de cada classe são disputadas. O ponto de vista de Ricardo se delineia na distribuição, mais do que na produção, mas isso no estágio avançado da sociedade, quando já se verificam acumulação de capital e propriedade privada.

Enquanto Smith tinha em vista o aperfeiçoamento social com a divisão e a troca de trabalhos, constituindo um curso natural dos negócios, Ricardo via a disputa pelo produto causadora de desvios dessa trajetória natural. Para Ricardo (1985: 44), na sociedade primitiva, o trabalho empregado para produzir as mercadorias é a fonte original do valor de troca, mas na sociedade avançada, deve ser também valorizado o trabalho de dispô-las no mercado (*op. cit.*: 50), a durabilidade e o trabalho para produzir os insumos (*op. cit.*: 53).

Os dados examinados por Ricardo são as proporções de trabalho, terra e capital (fixo e circulante) empregados para produzir. O objetivo é determinar como variam essas proporções, que são disputadas pelas classes, sabendo-se, *a priori*, que “... não pode haver um aumento no valor do trabalho sem uma diminuição nos lucros” (RICARDO, 1985: 55). Nesse ambiente, a mercadoria vale o que foi gasto pelo produtor para produzi-la, incluindo, se possível, todas as circunstâncias de produção (*op. cit.*: 60).

John Stuart Mill (1806-1873) reconheceu o esforço de Smith em ilustrar sua teoria com aspectos práticos e o desenvolvimento teórico conduzido pelos economistas sucessores, notadamente o originado pelo método dedutivo e abstrato de Ricardo. Mill propôs reuni-los no seu tratado<sup>8</sup>. Segundo Mill (1996a: 53), a *teoria* proposta por Smith foi atualizada por doutrinas abstratas de Economia Política que lhe seguiram, mas a ligação com a Filosofia Social aparecia melhor demonstrada no ponto de vista prático de Smith, mais do que no ponto de vista abstrato de Ricardo. A pretensão de Mill foi reconciliar

---

8 *Principles of Political Economy, with Some of Their Applications to Social Philosophy*, editado em 1848, 1849, 1852, 1857, 1862, 1865 e 1871.

essas áreas, sabendo-se antes que “... *em todos os setores da vida humana, a Prática antecede de muito à Ciência*” (*op. cit.*: 57).

Esse ponto de vista metodológico de Mill já aparece quando ele disserta acerca do uso da noção de “riqueza” ao longo do tempo como expressão de vontade pessoal, objetivo social e assunto da Economia Política. Em termos práticos, obtido nas formas e frases do linguajar das pessoas comuns, riqueza seria dinheiro. Apenas em termos científicos (e abstratos), como já formulado por Smith, o dinheiro passaria a ser visto como o fluido dos negócios mercantis. Mill atualiza a idéia de riqueza como sendo “... *todas as coisas úteis ou agradáveis que possuem valor de troca; ou, em outros termos, todas as coisas úteis e agradáveis, excetuadas as que se podem conseguir, na quantidade desejada, sem trabalho ou sacrifício*” (MILL, 1996a: 64).

Essa visão científica, que consolida a Economia Política, expõe uma diferença, talvez não encontrada com destaque nos antecessores de Mill, entre o objeto possuir intrinsecamente as características de utilidade e o indivíduo reconhecer para si essas características. Mill opta pela liberdade do indivíduo que determina a utilidade do artigo para si, variando segundo diversas motivações humanas, e rejeita uma escala de valor que permitisse definir e quantificar a utilidade, como sugeriu Jeremy Bentham.<sup>9</sup>

A primeira parte do *Princípios* de Mill trata da *produção* da riqueza, algo que necessita, em grande parte, de conhecimento acerca da natureza física e das propriedades da matéria. Esse conhecimento pode ser tomado como fornecido para Economia Política por outras ciências. Cabe à Economia Política examinar as questões de natureza humana envolvidas na organização da atividade produtiva.

A segunda parte estuda a *distribuição* da riqueza, o que envolve exclusivamente a prática humana e as suas instituições. Nessa parte, Mill (1996b: 74-5) pretende resgatar o papel das causas morais ou psicológicas, das relações sociais e institucionais, de princípios da natureza humana, a “sagacidade da conjuntura”, a dependência da vontade humana, como objetos da Economia Política, os quais foram perdidos desde Smith.

Para Mill (1984: 302),<sup>10</sup> a Economia Política está relacionada com as leis morais ou psicológicas da produção e distribuição da riqueza, algo que só pode ser obtido e observado no estado social. O estudo das propriedades dos “objetos que agem” pertence à

---

<sup>9</sup>J. Bentham (1748-1832), filósofo inglês, escreveu *Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, editado em 1789, onde fundou o seu princípio do Utilitarismo: avaliar as ações que trazem a felicidade geral. Sugerimos o texto da filósofa Maria Cecília M. de Carvalho (1997) como representativo da distinção entre J. S. Mill e J. Bentham.

<sup>10</sup> *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy, Essay V*, editado em 1844 e 1874.

Ciência Física, um pressuposto da parte da Economia Política que trata da produção da riqueza. A Economia Política, tanto na produção quanto na distribuição, deve estudar as propriedades do objeto sobre o qual se age (*op. cit.*: 300). Contudo, essa ciência cobre apenas uma parte do todo social: a que o ser humano age sobre o objeto porque deseja a riqueza pessoal (*op. cit.*: 304-5).

Mill (1996b: 8) diz que a teoria do valor de troca estaria completa e que nada de novo poderia ser acrescentado por ele ou por algum autor futuro. Parece que Mill está encerrando um capítulo da ciência, mas ele estava assentando a ciência para poder descrever as práticas humanas. Num primeiro momento, a teoria do valor pertence ao lado da distribuição, como estabelecido por Ricardo, e não da produção. Num segundo momento, Mill compreende que o indivíduo livre age em busca da riqueza que lhe traz conveniência e satisfação. Por fim, como o motor da distribuição é a concorrência, ou como diz Mill (*op. cit.*: 12-3), “... *que todas as partes envolvidas zelem pelo seu próprio interesse*”, o exame do valor e preços no mercado poderia ser reduzido a alguma lei enunciável.

Essa lei seria estabelecida a partir do conceito de “utilidade” esclarecido por De Quincey (Mill, 1996b: 8-9).<sup>11</sup> Um indivíduo deseja um objeto por sua utilidade para ele, ou para lhe satisfazer ou para lhe servir em alguma outra finalidade. Essa decisão pode não ter a interferência de outras pessoas, ou ser julgada segundo um filósofo ou moralista, conotação que parece ter sido dada por Smith no caso do diamante, que tem elevado valor de troca, mas não tem valor de uso. Mill resgata, seguindo De Quincey, o valor de uso como sendo o limite do valor de troca, isto é, valor de uso é o máximo que vale o diamante para satisfazer um desejo pessoal. Seguindo Mill, o julgamento de valor deixa de ser exclusivamente um critério social para também ser individual.

Mill consolida a visão dos clássicos ao tentar elaborar a ciência chamada Economia Política. Essa ciência está fundada no trabalho humano que produz e distribui a riqueza. A motivação é individual e fixada na busca da riqueza, mas o que é visualizado pela ciência são as trocas de trabalhos e de mercadorias, uma função social.

### **O Ponto de Vista dos Primeiros Neoclássicos**

A decisão pessoal pela utilidade do bem serve à Revolução Marginalista de 1871-74, de W. S. Jevons (1835-1882), C. Menger (1840-1921) e L. Walras (1834-1910), pelo

---

<sup>11</sup> Thomas de Quincey (1785-1859), escritor inglês, publicou *The Logic of Political Economy*, em 1844 (<http://cepa.newschool.edu/het/profiles/quincey.htm>).

menos na tentativa de estabelecer o fundamento da teoria do valor. Esses economistas contestaram, trabalhando de forma independente, o mesmo problema: a teoria do valor-trabalho dos clássicos seria limitada porque excluía, indevidamente, a utilidade ou o valor de uso.

Carl Menger (1983: 239)<sup>12</sup> percebeu um distanciamento entre a ciência econômica e as pessoas práticas, mesmo num mundo de interesses econômicos relevantes. Esse seria o estímulo necessário para criticar as formulações teóricas até então estabelecidas. Assim como Mill, Menger partiu da metodologia da ciência, mas para estabelecê-la em novas bases.

Para Menger, caberia identificar a *regularidade* dos fenômenos que condicionam a atividade econômica. As utilidades, em virtude de os objetos poderem entrar em relação *causal* com a satisfação das necessidades humanas, aparecem como as candidatas dessa almejada regularidade. Para o objeto ser caracterizado como bem, essa relação deve ser reconhecida pelo indivíduo “... *com suas necessidades e seu controle sobre os meios de satisfazê-las*” (MENGER, 1983: 277).

As distinções de bens, no sentido mengeriano, engloba não somente os objetos reais, mas também as relações sociais ou ações humanas úteis, dentre essas as mais importantes são aquelas ligadas às capacidades ou rendimentos laborais. Os tipos de bens constituem a face objetiva da sua doutrina (Menger, 1983: Cap. I). Na outra face, a qualificação do bem é subjetiva no satisfazer as necessidades pessoais. As utilidades interligam esses dois lados, fornecendo a relação causal necessária para caracterizar o bem segundo a satisfação das necessidades. Torna-se crucial, e esse é o ponto de vista que Menger deseja conceder para a teoria do valor, qualificar ou classificar os bens segundo a sua maior ou menor proximidade da satisfação de uma necessidade.

Todos os bens que possuímos constituem o nosso patrimônio, mas, dentre esses, somente os bens *econômicos* são caracterizados como nossa riqueza (Menger, 1983: 278). O problema aqui já não é mais o tratamento da riqueza como objeto da economia, o que tinha sido estabelecido pelos clássicos, mas o de restringir os bens econômicos. Quando a demanda – que são os bens patrimoniais que o indivíduo entende necessários para a sua vida e seu bem estar, presente e futuro (*op. cit.*: 259) – é menor que a disponibilidade desses bens (que a oferta), aflora o instinto egoísta do ser humano, e com ele a caracterização dos bens econômicos, originando, ainda, a necessidade de ordenação jurídica para a proteção dos negócios e da riqueza (*op. cit.*, 270-1). A característica